

RESENHA

BAUMAN, Z. *Estranhos à nossa porta*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

Rafael Reque CARVALHO
Universidade Federal de Mato Grosso
rafaelreque@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9182-1223>

Carlos Augusto da Silva DUARTE
Universidade Federal de Mato Grosso
carlos9907duarte@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8548-8399>

Jane Blanche Alvarenga Migueis JACOB
Universidade Federal de Mato Grosso
janebamjacob@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1219-1062>

Fernando ZOLIN-VESZ
Universidade Federal de Mato Grosso
fernando_vesz@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6251-0917>

Em tempos em que os mundos *on-line* e *off-line* parecem tornar contingente a relação entre tragédias humanitárias e a comoção mundial, ou seja, tocantes quando se está longe (do outro lado da tela de um *tablet* ou de um *smartphone*, por exemplo) e um incômodo quando chega perto (uma vez que escapa ao controle de um *like* ou de um *dislike* e desestabiliza a confortável sensação de homogeneização que os Estados-Nação prometem proporcionar), a chamada “crise migratória”, que “assola” a Europa, aguça ainda mais sentimentos xenofóbicos, racistas e nacionalistas. Nessa seara, o livro *Estranhos à nossa porta*, escrito por Zygmunt Bauman, um dos mais importantes sociólogos da atualidade, apresenta salutar discussão para compreender o posicionamento da União Europeia frente à crescente presença de refugiados. Embora o autor privilegie em sua análise o cenário dos refugiados oriundos principalmente do Oriente Médio e da África em direção ao bloco econômico, *Estranhos à nossa porta* pode apresentar notável contribuição para a formação de professores de línguas, em especial no que se refere à relação entre políticas públicas direcionadas ao “estranho/estrangeiro” que “bate à nossa porta” e o ensino de línguas destinado a refugiados.

O referido livro apresenta seis capítulos: o primeiro, cujo título é *O pânico migratório e seus abusos*, aponta a relação entre “os estranhos que batem à porta” e a denominada “crise migratória”; o segundo, de nome *Flutuando pela insegurança em busca de uma âncora*, apresenta o chamado “problema da migração”, além de validar o conceito de “securitização”; o terceiro capítulo, intitulado *Sobre a trilha dos tiranos (ou tiranas)*, trata de como uma sociedade carente de certezas e garantias explica o “problema da migração”; o quarto, nomeado *Juntos e amontoados*, discute o modo em que conceitos como “adiaforização” e “avaliação moral” contribuem para explicar a chamada “crise migratória”; já o quinto, com o título *Problemáticos, irritantes, indesejados: inadmissíveis*, evidencia as bases do que o autor designa como “europeização do problema migratório”; por fim, o sexto capítulo, intitulado *Antropológicas versus temporárias: as raízes do ódio*, propõe o diálogo como uma das maneiras de enfrentar o que o continente europeu denomina “crise migratória”.

No primeiro capítulo, o autor expõe a relação entre o conceito de “estranho/ estrangeiro” e a denominada “crise migratória”. Para Bauman, o termo “estranho/ estrangeiro” é oriundo da imprecisão que o diferente gera naqueles que estão acostumados apenas com “o semelhante”. Assim, os imigrantes, os quais trazem consigo uma bagagem social, cultural e histórica de sua antiga pátria, tornam-se imprevisíveis diante dos olhos dos habitantes considerados “nativos”. Além disso, segundo o autor, a migração em massa de “estranhos” cria, entre aqueles que em seu país “de origem” se encontram à margem da sociedade, a impressão de que ocupam posição superior em relação aos “sem pátria recém-chegados”. De acordo com Bauman, isso ajuda a explicar a crescente retomada de movimentos xenofóbicos, racistas e nacionalistas, instigados inclusive por políticos, que se aproveitam da “crise migratória” para lançar mão de discursos ufanistas de modo a obter algum sucesso exatamente por conseguir atingir os habitantes “nativos” que se encontram às margens da sociedade, também à espera por um tão sonhado “bote salva-vidas”.

O segundo capítulo aborda o conceito de “securitização” e como esse tipo de política é utilizado por parlamentares na sociedade contemporânea para causar insegurança entre os eleitores frente à migração: de acordo com Bauman, a política de securitização é utilizada por governantes para desviar o foco de problemas sociais fundamentais, como saúde, desemprego, seguridade social e segurança, os quais são incapazes de resolver, transferindo-o para o recorrente alvo da “crise migratória” do século XXI. Esse posicionamento, como destaca o autor, contribui apenas para a ascensão da xenofobia, uma vez que taxa os imigrantes, principalmente na Europa, como terroristas em potencial.

No capítulo subsequente, o autor busca compreender como uma “sociedade carente de certezas e garantias” pode explicar o “problema da migração”. Para Bauman, o gatilho para tal relação é a chamada “sociedade de performance individual”: uma vez que o sucesso, que outrora dependia das oportunidades geradas pela sociedade, torna-se dever exclusivamente do indivíduo, em meio a um Estado que “lava suas mãos” em relação à promoção do bem-estar social, o indivíduo é convocado a performatizar autossuficiência para garantir sua ascensão social, além de ser convidado a resolver os problemas sociais. Nesse contexto, a questão migratória torna-se um impasse, pois causa ainda mais temor aos habitantes “nativos”.

Já o capítulo quatro gira em torno da relação entre os conceitos de “adiaforização” e “avaliação moral” com a “crise migratória”. Bauman define “adiaforização” como a área das inter-relações humanas isentas de “avaliação moral”. Para o autor, tal relação é empregada pelas mídias, pela esfera governamental e pelos habitantes “nativos” para justificar a omissão da obrigação moral no que diz respeito especialmente aos refugiados. Nessa lógica, segundo Bauman, o fluxo imigratório é tratado como problema, pois rotula os refugiados como responsáveis por levar decadência aos países em que abarcam, o que justifica, de acordo com o autor, a ausência de responsabilidade no tocante aos “sem pátria recém-chegados”. Bauman observa, portanto, que o tema da imigração é retirado do campo da ética e colocado no plano militar, o qual estabelece uma posição de conflito e de hostilidade para aqueles que buscam refúgio nos países europeus.

No quinto capítulo, Bauman analisa o processo que o autor denomina “europeização da crise migratória”: em vez de sanar a fonte do problema sofrido pelos refugiados, ou seja, as causas que levam milhares de pessoas a emigrar principalmente do Oriente Médio e da África, os líderes da União Europeia reforçam e restringem ainda mais as fronteiras da Europa. O autor observa que essa restrição se expande também aos países que estão na origem da crise, por meio da instalação de campos de refugiados com o propósito de pré-selecionar e vigiar potenciais emigrantes que desejam chegar à Europa em busca de asilo.

O último capítulo apregoa o diálogo como “caminho supremo” e uma das soluções mais eficazes e infalíveis para enfrentar a “crise migratória” e a questão dos refugiados que batem à porta da Europa. Nessa perspectiva, Bauman defende que a superação do “problema da migração” na Europa está na ação de encontros que visam ao diálogo para gerar compreensão mútua, tanto entre os europeus quanto entre os refugiados.

Por fim, cabe salientar a importância do livro *Estranhos à nossa porta*, de Zygmunt Bauman. A obra auxilia irrefutavelmente no entendimento sobre como a crise dos refugiados na Europa é traduzida e recebida pela sociedade de modo geral.

Para o autor, a crise não seria migratória, mas humanitária: de acordo com Bauman, é a desumanização dos refugiados que deveria estar em pauta. Embora centralize sua análise no cenário da União Europeia, muito da discussão proposta pelo autor pode ser expandida para o contexto brasileiro, tais como os conceitos de “estranho/estrangeiro”, “securitização”, “adiaforização” e “avaliação moral”, que podem contribuir para explicar políticas públicas adotadas pelo governo brasileiro em relação a haitianos e venezuelanos, por exemplo - o fechamento da fronteira entre Brasil e Venezuela, logo no início do ano de 2020, pode sinalizar algumas dessas políticas.

No tocante à formação de professores de línguas, abordar a questão das migrações, em especial por meio da ótica dos refugiados, parece-nos ser crucial na atualidade: se a área de estudos de linguagem também tem focado seus esforços em pesquisas/estudos acerca do ensino de português para “estrangeiros”, com particular atenção para os diversos usos do português brasileiro como língua adicional para os refugiados, *Estranhos à nossa porta* pode contribuir para a compreensão de como as práticas discursivas constroem/perpetuam hierarquizações e classificações do mundo à nossa volta, uma vez que é por meio de práticas linguístico-discursivas que os refugiados *são taxados* de terroristas, aqueles que trazem a decadência para determinado país, tudo em nome de uma política de “securitização” que muito confortavelmente isenta da “avaliação moral” em relação ao “estranho/estrangeiro” que bate à porta. São práticas discursivas, as quais contribuem para guarnecer a xenofobia, o racismo e o ufanismo, sendo constantemente (re)produzidas.

Recebido em: 30 set. 2019

Aceito em: 15 abr. 2020